Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011 9

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

Comentário do Desempenho 12

Notas Explicativas 24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 50

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 51

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 52

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 53

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	188.320.020
Preferenciais	0
Total	188.320.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	546.531
Preferenciais	0
Total	546.531

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	21/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/12/2011	Ordinária		0,04340
Assembléia Geral Ordinária	11/04/2011	Dividendo	31/05/2011	Ordinária		0,01791
Reunião do Conselho de Administração	21/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/12/2011	Ordinária		0,04473

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.011.133	918.336
1.01	Ativo Circulante	751.699	666.448
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	153.718	180.846
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.444	15.319
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	16.444	15.319
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	16.444	15.319
1.01.03	Contas a Receber	154.208	131.017
1.01.03.01	Clientes	131.530	114.294
1.01.03.01.01	Cheques a Receber	3.432	3.768
1.01.03.01.02	Cartões de Crédito e Débito	116.798	102.108
1.01.03.01.03	Outros	11.804	8.912
1.01.03.01.04	(-) Provisão p/Crédito de Liq.Duvidosa	-504	-494
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.678	16.723
1.01.04	Estoques	361.375	295.958
1.01.04.01	Mercadorias de Revenda	361.482	294.681
1.01.04.02	Materiais	2.378	2.474
1.01.04.03	(-) Provisão p/Perdas com Mercadorias	-2.485	-1.197
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.921	39.656
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.921	39.656
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.033	3.652
1.02	Ativo Não Circulante	259.434	251.888
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.659	31.411
1.02.01.03	Contas a Receber	607	565
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	607	565
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	1.628
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.628
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	95	97
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	32.957	29.121
1.02.01.09.03	Depósitos Compul. e Incentivos Fiscais	52	5
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	3.388	1.912
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	28.956	26.459
1.02.01.09.06	Precatórios	561	745
1.02.03	Imobilizado	167.370	154.281
1.02.04	Intangível	58.405	66.196

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.011.133	918.336
2.01	Passivo Circulante	316.231	287.654
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45.319	28.275
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.812	5.877
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	39.507	22.398
2.01.02	Fornecedores	180.860	192.722
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	180.860	192.722
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.962	14.243
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.219	7.944
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.051	5.617
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.168	2.327
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8.386	6.122
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	357	177
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	25.815	20.355
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	25.815	20.355
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	25.815	20.355
2.01.05	Outras Obrigações	38.655	29.224
2.01.05.02	Outros	38.655	29.224
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.701	11.914
2.01.05.02.04	Aluguéis	5.434	4.153
2.01.05.02.05	Luvas Comerciais	438	593
2.01.05.02.06	Demais Contas a Pagar	18.082	12.564
2.01.06	Provisões	2.620	2.835
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.064	1.357
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	93	93
2.01.06.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	971	1.264
2.01.06.02	Outras Provisões	1.556	1.478
2.01.06.02.04	Provisões p/Campanhas Internas	500	600
2.01.06.02.05	Provisões p/Despesas Extraordinárias	708	708
2.01.06.02.06	Provisões p/Obrigações Diversas	348	170
2.02	Passivo Não Circulante	60.871	32.065
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	52.865	28.237
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	52.865	28.237
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	52.865	28.237
2.02.02	Outras Obrigações	2.944	2.762
2.02.02.02	Outros	2.944	2.762
2.02.02.02.03	Outras	2.944	2.762
2.02.03	Tributos Diferidos	4.206	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.206	0
2.02.04	Provisões	856	1.066
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	856	1.066
2.02.04.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	856	1.066
2.03	Patrimônio Líquido	634.031	598.617
2.03.01	Capital Social Realizado	285.400	285.400
2.03.02	Reservas de Capital	100.555	100.889
2.03.03	Reservas de Reavaliação	13.375	19.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04	Reservas de Lucros	189.565	192.805
2.03.04.01	Reserva Legal	14.375	14.375
2.03.04.02	Reserva Estatutária	177.494	177.494
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	4.238
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-2.304	-3.302
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	45.136	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	599.849	1.687.827	514.690	1.469.010
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	626.178	1.761.177	536.856	1.530.140
3.01.02	Impostos Incidentes Sobre Vendas	-23.298	-64.803	-19.210	-52.791
3.01.03	Abatimentos	-3.031	-8.547	-2.956	-8.339
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-455.749	-1.283.987	-392.308	-1.116.505
3.03	Resultado Bruto	144.100	403.840	122.382	352.505
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-115.245	-328.991	-94.531	-264.858
3.04.01	Despesas com Vendas	-99.272	-283.539	-81.309	-226.186
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.146	-88.133	-24.518	-66.851
3.04.02.01	Administrativas	-17.031	-44.119	-13.695	-37.064
3.04.02.02	Honorários Da Administração	-3.702	-11.219	-2.949	-8.249
3.04.02.03	Depreciações e Amortizações	-11.413	-32.795	-7.874	-21.538
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	17.707	47.966	12.803	32.666
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.534	-5.285	-1.507	-4.487
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28.855	74.849	27.851	87.647
3.06	Resultado Financeiro	4.978	11.848	2.361	4.713
3.06.01	Receitas Financeiras	7.214	18.549	3.858	8.446
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.236	-6.701	-1.497	-3.733
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	33.833	86.697	30.212	92.360
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.612	-25.232	-8.334	-25.424
3.08.01	Corrente	-12.890	-25.316	-8.186	-23.533
3.08.02	Diferido	1.278	84	-148	-1.891
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.221	61.465	21.878	66.936
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.221	61.465	21.878	66.936
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11834	0,32738	0,12276	0,37576
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99.02.01	ON	0,11800	0,32643	0,12222	0,37412

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.401	54.286
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	124.732	117.772
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do I.R e C.S.L.L	86.697	92.360
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	32.795	21.538
6.01.01.03	Plano de Opções de Ações	399	622
6.01.01.04	Result na Venda/Baixa do Imob e Intangi	-209	-343
6.01.01.05	Reversão (Provisão) p/Demandas Judiciais	-385	759
6.01.01.06	Provisão (Reversão) p/Cred. Liq. Duv.	10	-34
6.01.01.07	Despesas de Juros	5.425	2.870
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-104.378	-40.582
6.01.02.01	Aplicações Financeiras	-1.125	-1.174
6.01.02.02	Contas a Receber	-23.194	-17.864
6.01.02.03	Estoques	-65.417	3.479
6.01.02.04	Outros Ativos Circulantes	-20.724	-8.674
6.01.02.05	Ativos no Realizável a Longo Prazo	-3.876	-573
6.01.02.06	Fornecedores	-11.862	-26.480
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais	17.044	3.832
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.010	-2.830
6.01.02.09	Outras Obrigações	5.505	9.315
6.01.02.10	Aluguéis a Pagar	1.281	387
6.01.03	Outros	-18.953	-22.904
6.01.03.01	I.R e Contribuição Social Pagos	-18.953	-22.904
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.890	-75.894
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-38.369	-76.754
6.02.02	Recebimentos por Vendas de Imobilizados	479	860
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	9.361	-5.725
6.03.01	Financiamentos Tomados	41.672	28.543
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-14.461	-11.395
6.03.03	Juros Pagos	-2.548	-1.550
6.03.04	Receb. de Exerc. Plano de Opção de Ação	265	262
6.03.05	JSCP e Dividendo Pagos	-15.567	-21.585
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.128	-27.333
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	180.846	127.692
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	153.718	100.359

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-334	-3.240	-16.480	0	-20.054
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	399	0	0	0	399
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-733	998	0	0	265
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-16.550	0	-16.550
5.04.08	Dividendo de 2010 aprovado na AGO de 11 de Abril de 2011	0	0	-4.238	0	0	-4.238
5.04.09	Juros Sobre Capital Próprio Prescrito	0	0	0	70	0	70
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.465	0	61.465
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.465	0	61.465
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-6.148	151	0	-5.997
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-230	230	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	79	-79	0	0
5.06.09	I.R.P.J. e C.S.L. Diferidos sobre Reserva de Reavaliação de Terrenos	0	0	-5.997	0	0	-5.997
5.07	Saldos Finais	285.400	100.555	202.940	45.136	0	634.031

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.400	14.637	111.567	0	0	411.604
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.400	14.637	111.567	0	0	411.604
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-191	-2.914	-17.339	0	-20.444
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	622	0	0	0	622
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-813	1.075	0	0	262
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-17.400	0	-17.400
5.04.08	Dividendo de 2009 aprovado na AGO de 05 de Abril de 2010	0	0	-3.989	0	0	-3.989
5.04.09	Juros Sobre o Capital Próprio Prescrito	0	0	0	61	0	61
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.936	0	66.936
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.936	0	66.936
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-152	152	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-230	230	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	78	-78	0	0
5.07	Saldos Finais	285.400	14.446	108.501	49.749	0	458.096

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	1.752.944	1.522.243
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.752.536	1.521.725
7.01.02	Outras Receitas	418	484
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-10	34
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.195.444	-1.052.838
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.176.732	-1.029.756
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.514	-22.872
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-198	-210
7.03	Valor Adicionado Bruto	557.500	469.405
7.04	Retenções	-32.795	-21.538
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.795	-21.538
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	524.705	447.867
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.549	8.446
7.06.02	Receitas Financeiras	18.549	8.446
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	543.254	456.313
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	543.254	456.313
7.08.01	Pessoal	169.474	133.837
7.08.01.01	Remuneração Direta	136.342	106.623
7.08.01.02	Benefícios	22.263	18.701
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.869	8.513
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	233.294	195.656
7.08.02.01	Federais	77.483	69.649
7.08.02.02	Estaduais	153.458	124.076
7.08.02.03	Municipais	2.353	1.931
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	79.022	59.884
7.08.03.01	Juros	29.848	23.220
7.08.03.02	Aluguéis	49.174	36.664
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	61.464	66.936
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	16.550	17.400
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	44.914	49.536

Comentário do Desempenho

Valores em milhares de reais

São Paulo, 24 de Outubro, 2011.

Encerramos o período 9 meses de 2011, com crescimento em vendas brutas de 15,1% sobre igual período de 2010 e vendas brutas de R$1.761.177. Inauguramos 7 novas lojas, atingimos um total de 359 lojas em operação, distribuídas por 94 municípios no País com presença em seis unidades da Federação. Destaque-se que esta expansão da rede de lojas Drogasil representou uma taxa de crescimento de 14% no comparativo anual.

Em 02/08/2011, divulgamos fato relevante sobre a fusão de RAIA SA e DROGASIL SA para a formação da nova empresa RAIADROGASIL SA. Por meio de uma associação entre iguais, este acordo resultou na criação da RAIA DROGASIL S.A., cujo controle será compartilhado entre os acionistas que atualmente exercem o controle das companhias. Esta associação nasceu a partir de valores e visões compartilhados por duas companhias com grande tradição no setor farmacêutico (Raia: 106 anos, Drogasil:76 anos) e pelos principais acionistas, que são membros das famílias fundadoras de cada uma das empresas.

Em 15 de Agosto 2011 inauguramos o terceiro centro de distribuição em Aparecida de Goiânia(GO) com 12.600 m² para realizar o suprimento das lojas localizadas no estado de Goiás e Brasília (DF).

Ao final do período de 9 meses, a Drogasil apresentou mais uma vez o destaque de ter sua composição de vendas com crescente participação dos segmentos de cosmética, higiene pessoal e medicamentos genéricos. Na composição da Receita Bruta de Vendas, 29,4% foi originada pelo segmento não medicamentos. Das vendas do segmento de medicamentos, 15% foram originados pela venda de medicamentos genéricos (10,8% da receita bruta total).

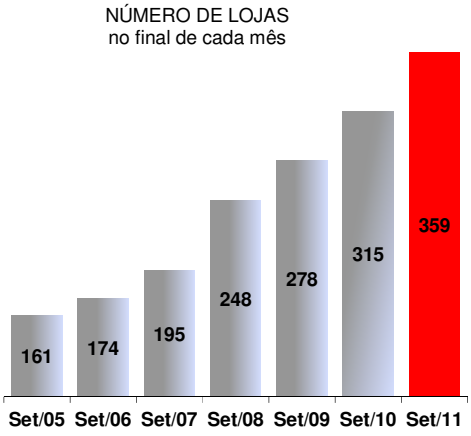
A Drogasil S.A., ao final deste período, é uma empresa que mantém uma relação de valor de empresa para vendas de 1,14X; um patrimônio líquido de R$634.032(V.P.A.= R$3,376) ,margem EBITDA de 6,4% da Receita Bruta de Vendas num ambiente de expansão da rede de lojas e presença geográfica no Brasil.

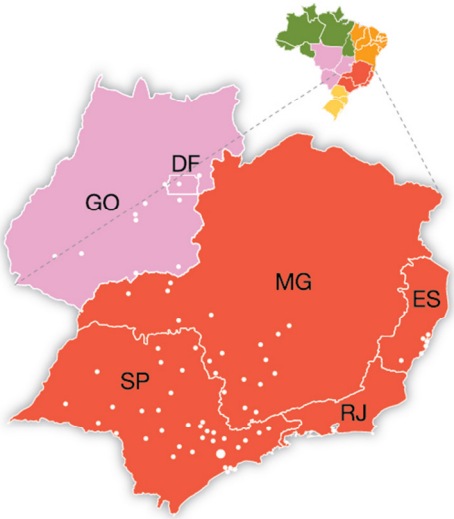
A Administração.

Comentário do Desempenho

LOJAS

Neste terceiro trimestre de 2011, inauguramos sete novas lojas com adição líquida de seis lojas (quatorze novas lojas no 3T10). No acumulado nove meses 2011, totalizamos 22 novas lojas.(32 novas lojas nos 9M10)

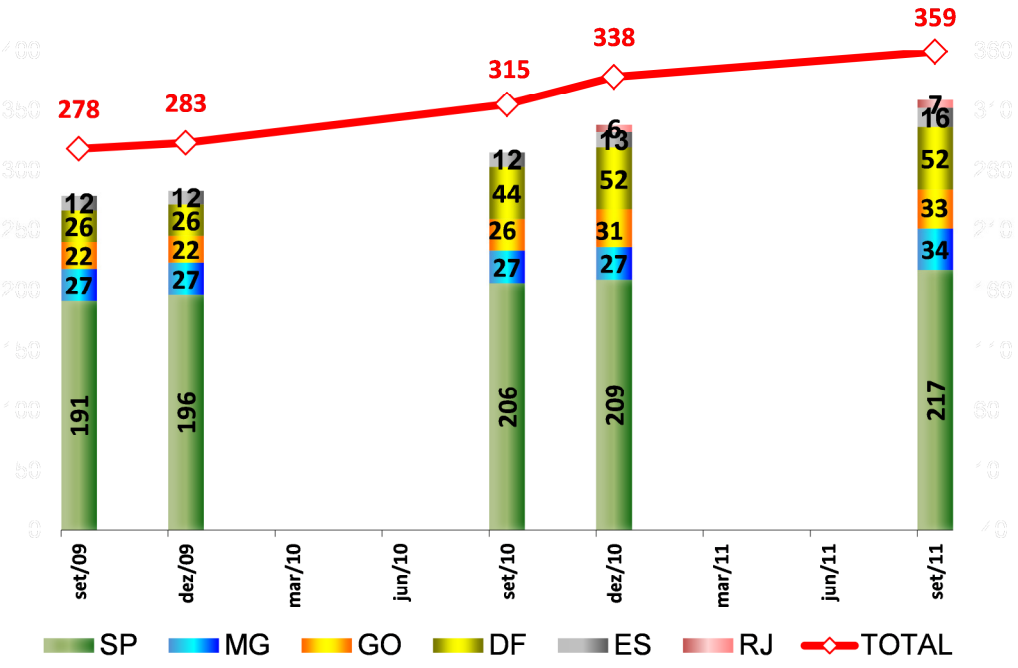




Quantidade de Lojas:

DF	52
ES	16
GO	33
MG	34
RJ	07
SP	217
Total	359

Ao final do 3T11, Drogasil operava sua rede de lojas em 94 municípios(3T10= 82 municípios) do Brasil, localizadas em seis unidades da federação (3T10= cinco unidades) assim distribuídas: 217 lojas no Estado de São Paulo, 34 em Minas Gerais, 52 no Distrito Federal, 33 em Goiás , 16 no Espírito Santo e 7 no Rio de Janeiro totalizando 359 lojas(3T10= 315lojas) Isto representou uma expansão na rede de lojas de 14.0% e igualmente no número de municípios com presença da Drogasil. Ao final do período acumulado 9M2011, a Drogasil mantém três centros de distribuição, localizados na sua sede em S.Paulo(SP) , Contagem(MG) e Aparecida de Goiania(GO). Cabe destaque, que o terceiro centro de distribuição localizado em Aparecida de Goiania(GO), deu inicio às suas operações neste terceiro trimestre de 2011 .



Comentário do Desempenho

Neste 3T11, foram reformadas 11 lojas (12 lojas no 3T10), com o objetivo de manter a comunicação visual e o padrão das lojas sempre atualizadas. No período 9M de 2011, foram reformadas 16 lojas(9M10= 37 lojas reformadas).

No 3T11 a expansão de lojas contemplou a inauguração de 2 novas lojas no Estado de Minas Gerais e 5 lojas em S.Paulo.

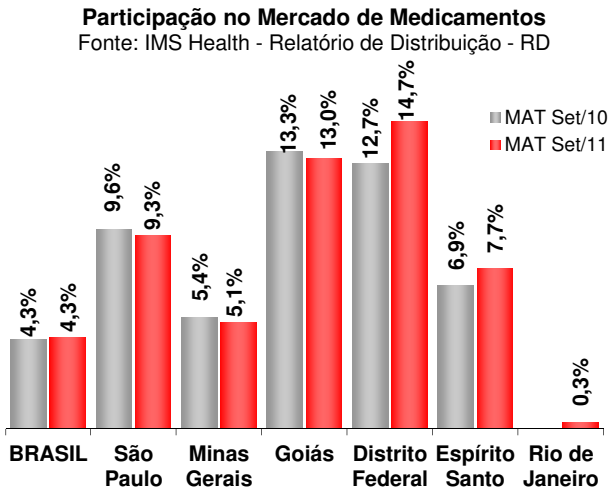
Ao final dos 9M2011, o quadro geral da empresa apresentou crescimento de 10,8% no período comparado. A Drogasil contava com 7.962 funcionários (3T10= 7.184 funcionários), sendo 1.188 farmacêuticos (3T10= 1.056 farmacêuticos). A Drogasil manteve uma proporção de 3.3X farmacêuticos/loja. Em termos de área de vendas, ao final do 3T11, ocorreu incremento de 14.1% sobre o terceiro trimestre de 2010.

DROGASIL	3T11	3T10	9M11	9M10	2010
Área Vendas - M² total final	47.876	41.945	47.876	41.945	44.779
Área Vendas - M² total média período	47.497	40.950	46.238	39.539	40.586
Número Lojas - final	359	315	359	315	338
Número de Lojas - média período	357	308	349	299	311
Quantidade Tickets (000)	14.887	13.755	43.010	39.468	53.614
Número func. Lojas final	6.763	6.191	6.763	6.191	6.552

Na sequência, comentamos os principais fatores que tiveram influência no resultado do terceiro trimestre 2011 e realizamos análise comparativa com o terceiro trimestre de 2010 (3T11s3T10). Em alguns aspectos, a análise será extensiva para o período nove meses de 2011 comparativamente `a igual período de 2010.(9M11s9M10).

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO MERCADO

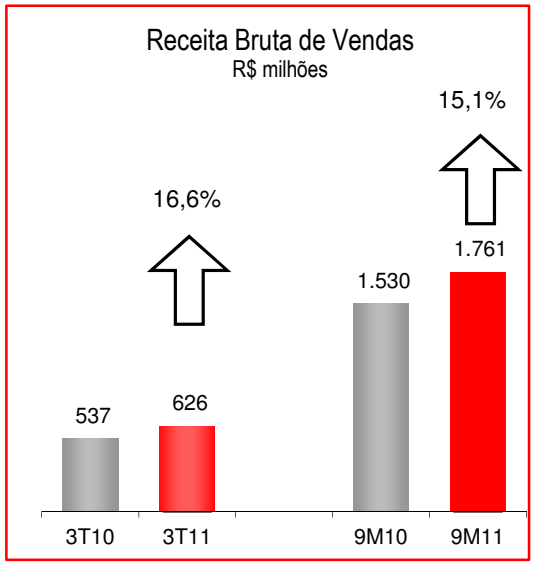


De acordo com o Instituto IMS HEALTH, em seu relatório de distribuição (RD), e análise base 12 meses Setembro11sSetembro10("match"), a Drogasil mantém 4,3% de participação no Mercado Brasileiro de medicamentos (critério: valores R$). No Estado de São Paulo a participação da Drogasil registra 9,3% com 217 lojas; no Estado de Minas Gerais 5,1% com 34 lojas, no estado de Goiás 13,0% com 33 lojas e Distrito Federal, registramos participação de 14,7%(evolução de 2,0%) com 52 lojas. Espírito Santo, onde iniciamos operação em 24 de abril de 2009, já registramos 7,7% de participação de mercado com 16 lojas(evolução de 0,8%).

Segundo Dados da Abrafarma, o segmento de não medicamentos evoluiu no 3T11s3T10 em 27,8%(valores em reais) e 27,7% no comparativo 9M de 2011(9M11s9M10). Para a Drogasil, o segmento de não medicamentos compreende majoritariamente, produtos de cosmética e higiene pessoal.

RECEITA DE VENDAS

O varejo farmacêutico apresentou crescimento de 19,1% no comparativo trimestral 3T11s3T10 e 19,4% no comparativo 9M11s9M10 segundo dados da Abrafarma. A Drogasil, neste terceiro trimestre de 2011, apresentou crescimento na receita bruta de vendas de 16,6% sobre o terceiro trimestre de 2010. No comparativo nove meses, crescimento de vendas brutas de 15,1% sobre igual período de 2010.Contribuíram para o desempenho de vendas da Drogasil os seguintes fatores:



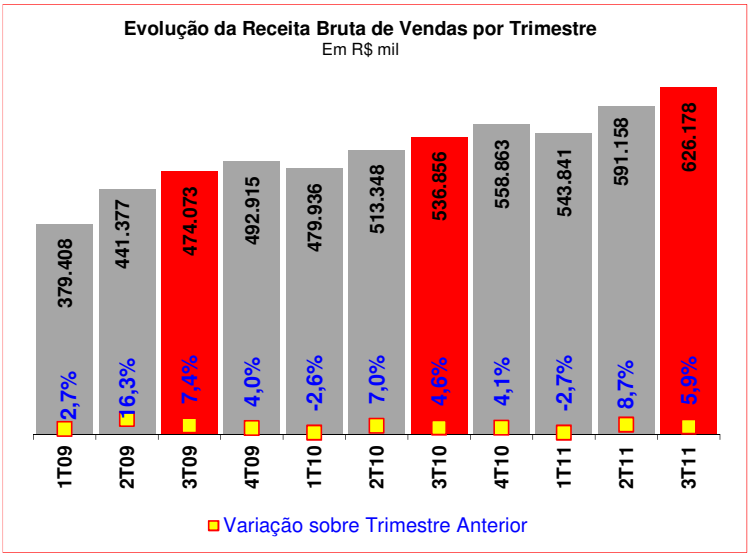
i. O crescimento de vendas mesmas lojas de 7,7% no período 3T11s3T10. Para o período 9M2011, evolução da taxa de crescimento vendas mesmas lojas de 4% verificada no 1T11 para 5,3% no 2T11, finalizando o período 9M de 2011 com 5,8%.

Comentário do Desempenho

ii. Crescimento do ticket médio em 7,7% e números de cupons emitidos em 8,2% no período 3T11s3T10. Para o período 9M de 2011, evidencia- se evolução no crescimento do ticket médio de 3,4% no 1T11 para 5,4% no 2T11, finalizando o período 9M de 2011 com crescimento de 5,6%.

Ao final do 3T11, a Drogasil apresentou crescimento em vendas de 5,9% sobre 2T11, superior ao registrado no mesmo comparativo com 3T10(4,6% sobre 2T10).

No 3T11, a Receita Bruta de vendas, totalizou R$626.178, incremento de R$89.322 em relação ao 3T10. Nos 9M 2011, a receita bruta de vendas totalizou R$1.761.177, incremento de R$231.037 em relação ao mesmo período em 2010.



No comparativo 3T11s3T10 a Receita Líquida de Vendas, apresentou um aumento de 16,5% ou R$85.159, totalizando R$599.849. Nos 9M2011, a receita líquida de vendas totalizou R$1.687.827, incremento de R$218.818 ou 14,9% em relação ao mesmo período em 2010.

O crescimento da receita bruta de vendas de R$ 89.322 do 3T11 em relação ao 3T10 foi obtido pela soma da contribuição vendas mesmas lojas (313 lojas) no valor de R$ 40.985 e R$ 40.897 provenientes de novas lojas.
O crescimento da receita bruta de vendas de R$ 231.037 nos 9M 2011 em relação ao mesmo período 2010, foi obtido pela soma da contribuição vendas mesmas lojas (313 lojas) no valor de R$ 87.950 e R$ 143.087 provenientes de novas lojas.

Cabe destaque as evoluções de vendas dos segmentos não medicamentos e medicamentos genéricos na Drogasil. O segmento não medicamentos apresentou crescimento de 20,2%, totalizando vendas de R$186.519 no 3T11. O segmento de medicamentos genéricos apresentou crescimento de 31,1%, totalizando vendas de R$69.957 no 3T11.

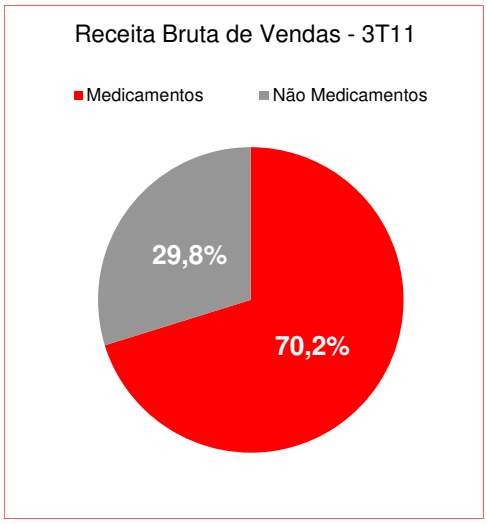
Ao final do 3T11, a composição da receita bruta foi de 70,2% medicamentos e 29,8% não medicamentos. (No 9M11 a participação foi de 70,6% e 29,4% respectivamente). Nota-se um crescimento do segmento não medicamentos de 1,4% na composição da receita bruta de vendas da Drogasil no comparativo 9M.

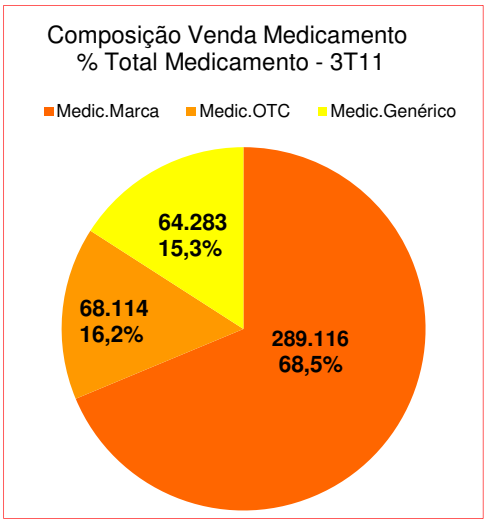
Ocorreu evolução do ticket médio Drogasil: 3T11= R$42,06; 2T11= R$40,9; 1T11= R$39,7; 3T10 = R$39,02 e crescimento no número de transações (cupons emitidos) de 3,1% no 3T11s2T11; 5,4% no

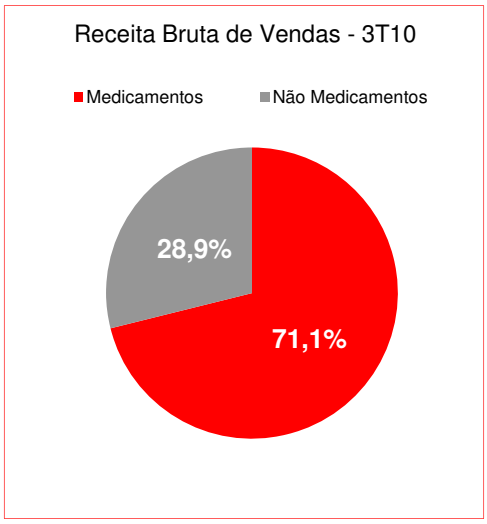
Comentário do Desempenho

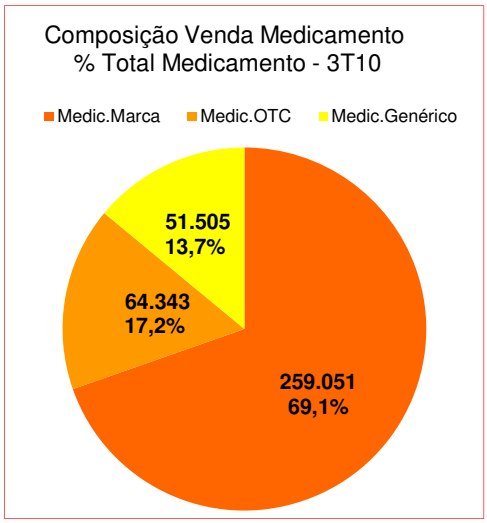
2T11s1T11, finalizando o período 9M2011 com crescimento de 8,9% no número de transações realizadas em relação ao mesmo período de 2010. Ressalte-se que 53% das vendas foram realizadas em pagamento à vista (53,9% no 3T10).

Quadro resumo do desempenho Drogasil em vendas. (Percentual das vendas e valores em R$)

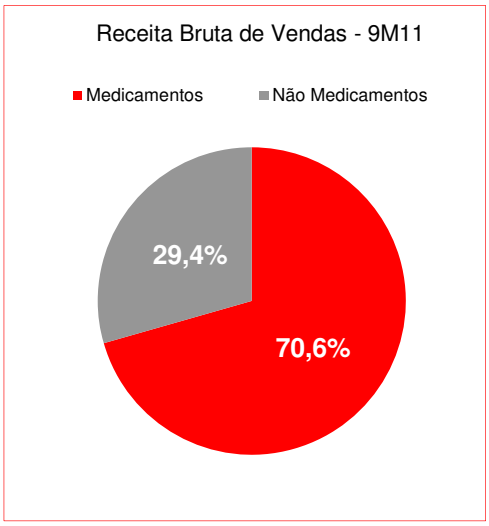


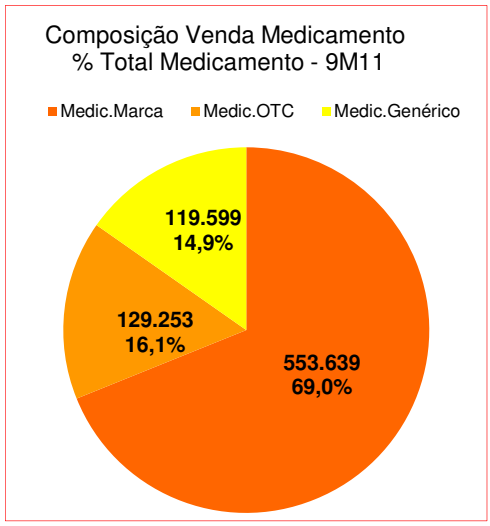


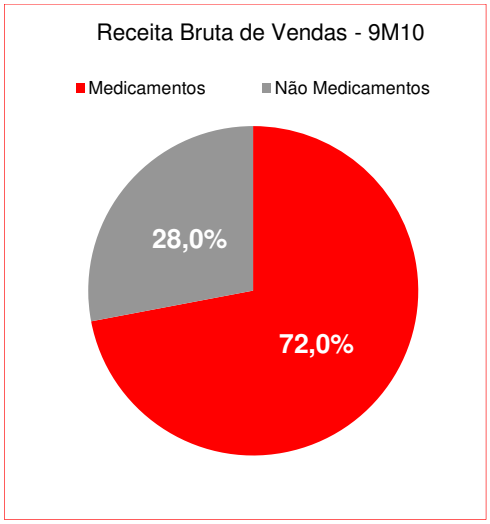


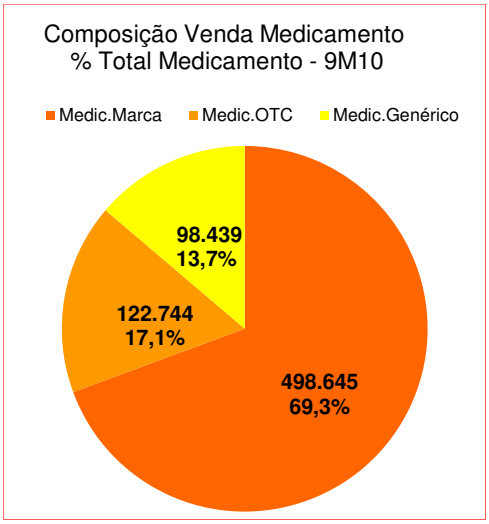


Comentário do Desempenho









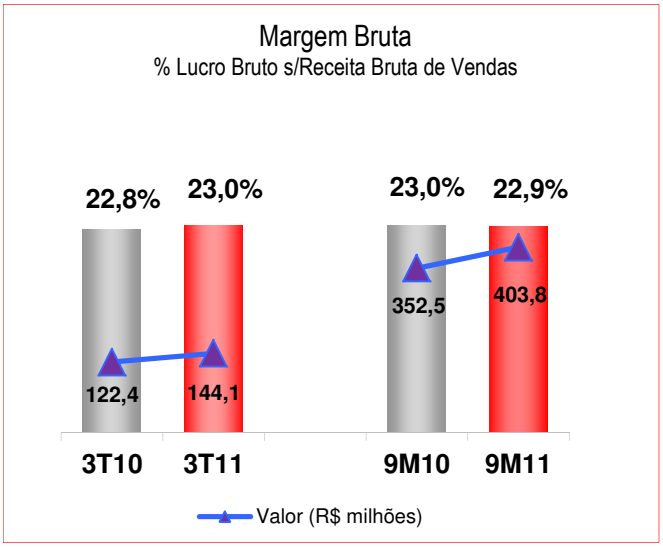
Taxas de crescimento apresentadas nos segmentos por período comparativo:

	3T11s3T10	9M11s9M10
Medicamentos	15,2%	12,8%
Não Medicamentos	20,2%	21,1%
Medic.Marca	13,7%	11,9%
Medic.OTC	8,0%	6,2%
Medic.Genérico	31,1%	24,9%

Comentário do Desempenho

LUCRO BRUTO

No comparativo 3T11s3T10, a Drogasil apresentou crescimento no Lucro Bruto de R$21.718 ou 17,7%. No 3T11, registramos margem bruta de 23,0% comparada à receita bruta de vendas e 0,2% maior que em relação ao 3T10. Iniciamos o 3T11, com o nível de estoques (critério unidades), em 4 dias superior ao inicio do 3T10(55 dias). Encerramos o 3T11 com 8 dias superior ao encerramento do 3T10(55 dias) . A mudança da composição de vendas , com crescimento dos segmentos não medicamentos e genéricos contribuiu para o crescimento de margem bruta registrado neste trimestre.

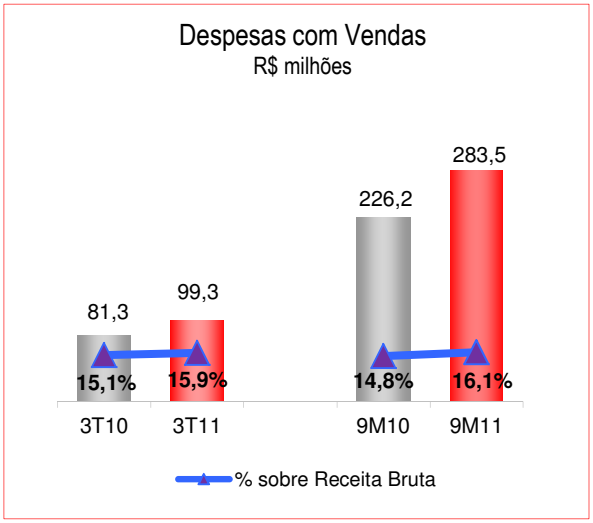


No comparativo 9M de 2011,a margem bruta representou 22,9% ao final do 9M11, redução de 0,1% em relação à igual período de 2010.

DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

DESPESAS COM VENDAS

No 3T11, as despesas com vendas apresentaram um incremento de R$ 17.963 ou 22,1%, totalizando R$ 99.272, elevação superior ao crescimento de vendas (crescimento vendas 3T11s3T10= 16,6%). No período 9M2011 elevação de R$57.353 ou 25,4% superior ao crescimento em vendas no período 9M11s9M10 de 15,1%.



O crescimento das despesas com vendas foi devido à:

i. Incremento das despesas com pessoal e encargos sociais em R$ 10.993 ou 23,2%: totalizando R$58.322 no 3T11. Comparativo nove meses, evolução de R$57.353 ou 24,0%, totalizando R$164.509 ao final do 9M11. Realizamos a abertura líquida de 6 novas lojas no 3T11(14 no 3T10) e ajustamos a provisão de encargos e salários para refletir o dissídio salarial.

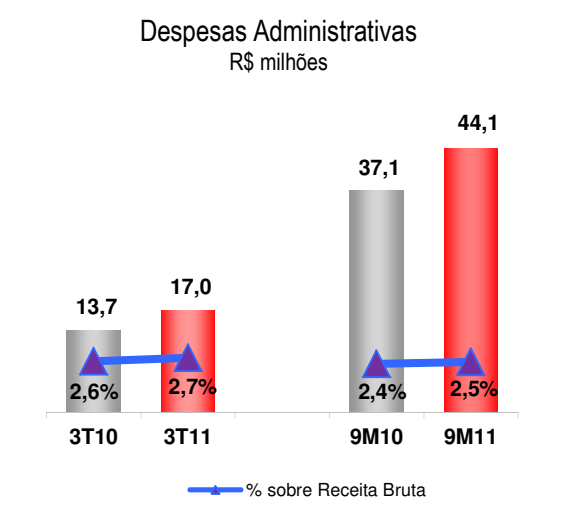
ii. Aumento das despesas com aluguéis e condomínios com evolução de R$ 3.479 ou 28,1% totalizando R$15.835 no 3T11(2,5% da receita bruta vendas). Comparativo 9M11, evolução de R$11.191ou 32,7%, totalizando R$45.363.(2,6% da receita bruta vendas).

iii. Energia, Agua e Telecom com evolução de R$991 ou 34,5% totalizando R$3.869 no 3T11. Comparativo 9M11, evolução de R$3.175 ou 35,8%, totalizando R$12.037.

Comentário do Desempenho

No comparativo com a Receita Bruta de Vendas (3T11s3T10), registramos uma elevação de 0,8%. No mesmo comparativo, no período 9M(9M11s9M10), registramos uma elevação de 1,3%.

Despesas Administrativas



No 3T11, as Despesas Gerais e Administrativas apresentaram elevação de R$ 3.336 ou 24,4%, totalizando R$ 17.031. No 9M11, estas mesmas despesas apresentaram elevação de R$7.057 ou 19,0% e totalizaram R$44.119. Esta elevação, superior ao crescimento de vendas registrado no 3T11 e 9M11. (crescimento de vendas 3T11s3T10= 16,6% e 9M11s9M10= 15,1%) .

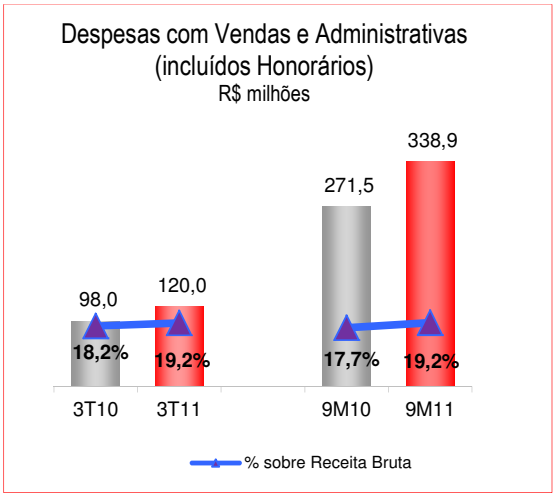
Contribuíram para este desempenho:

iv. Despesas com pessoal e encargos sociais, elevação de R$3.062 ou 40,1%, totalizando R$10.695 no 3T11. Ajustamos a provisão de encargos e salários para refletir o dissídio salarial de 2011

i. Energia, água e comunicações, incremento de R$432 ou 105,9%, totalizando R$840 no 3T11. Comparativo 9M11 evolução de R$720 ou 63,8%, totalizando R$1.848.

No comparativo com a Receita Bruta de Vendas (3T11s3T10), verificamos a manutenção das despesas administrativas em 2,7% das vendas brutas (9M11s9M10 em 2,5%).

Despesas com Vendas & Administrativas



No 3T11, as despesas com vendas e gerais Administrativas, apresentaram um incremento de R$ 22.052 ou 22,5%, totalizando R$ 120.005

No período 9M11, as despesas com vendas e gerais Administrativas, apresentaram um incremento de R$67.380 ou 24,8%. Em relação à receita bruta de vendas 3T11s3T10, o total das despesas com vendas e administrativas, apresentou uma elevação de 1,0%, totalizando 19,2% das vendas brutas. No período 9M 2011, a elevação destas despesas em relação à vendas brutas foi 1,5%.

As 57 novas lojas inauguradas em 2010, majoritariamente no segundo semestre daquele ano, apresentaram progressiva diluição destas despesas. No 1T11, estas despesas representaram 19,8% das vendas e reduzem-se para 18,8% no 2T11. A elevação destas despesas no 3T11 representou o ajuste na provisão de encargos e salários para refletir o dissídio salarial de 2011.

Comentário do Desempenho

Receitas Financeiras

No 3T11, as Receitas Financeiras elevaram-se em 87% ou R$ 3.356, totalizando R$7.214.. No comparativo 9M, elevação de 119,6% ou R$10.103, totalizando R$18.549 no 9M11. Essa variação foi decorrência dos seguintes fatores:

i. Posição de aplicações financeiras no terceiro trimestre de 2011, com investimento médio de R$149.358. No terceiro trimestre de 2010, o investimento médio foi de R$103.893.
ii. Investimentos em imobilizado de R$15.863 no 3T11(3T10= R$44.835).
iii. Incremento em descontos obtidos (antecipações de pagamento à fornecedores) de R$1.281.

.

A Drogasil encerrou o terceiro trimestre de 2011, com caixa liquido de R$91.482, uma participação de Financiamentos /Patrimônio Liquido de 12,4% (12,2% no 3T10). Os financiamentos da companhia são representados exclusivamente por recursos de longo prazo tomados junto ao BNDES.Na rubrica de curto-prazo estão contabilizados as parcelas com vencimento/pagamento para o período de um ano. Cabe destacar que não temos operações de derivativos em nossas aplicações financeiras e os investimentos são realizados em títulos atrelados à remuneração da taxa do CDI. Patrimônio líquido de encerramento do 3T11 de R$634.032 e valor de capitalização em bolsa de R$2.112.452.

DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras apresentaram no 3T11 crescimento de 49,3% ou R$738, totalizando R$2.236. Este crescimento foi derivado dos encargos e juros sobre financiamentos.

Ressalte-se que no comparativo para os dois períodos, o resultado financeiro liquido é positivo. Para o período do 3T11, encerra-se com R$4.978 e para o 9M2011, com resultado financeiro liquido positivo de R$11.848.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

No Comparativo 3T11s3T10, as outras receitas operacionais totalizaram R$17.707(2,8% das vendas brutas) e apresentaram uma elevação de 38,3% ou R$4.904 Contribuíram para este resultado o seguinte fator:

i. Verbas promocionais e locação de espaço em lojas, com uma variação de R$3.139 ou 39,2%, totalizando R$11.141(1,7% da Rec. Bruta de vendas) ao final do 3T11.No 3T10, representou 1,5% da Rec. Bruta de vendas.

No Comparativo 9M11s¨9M10, as outras receitas operacionais totalizaram R$47.966(2,7% das vendas brutas) e apresentaram uma elevação de 46,8% ou R$15.300. Contribuíram para este resultado, verbas promocionais e locação de espaço em lojas, com uma variação de R$30.160 ou 60,1%, totalizando R$30.160(1,7% da Rec. Bruta de vendas). No 9M10, representou 1,3% da Rec. Bruta de Vendas.

Comentário do Desempenho

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Outras despesas operacionais apresentaram incremento de R$ 27 ou 1,8% totalizando R$ 1.534(0,2% das vendas brutas) ao final do 3T11.

Principais fatores que contribuíram para este resultado:

I. Taxas de IPTU , incremento de R$124 ou 23,2% , totalizando R$661 ao final do 3T11.

No comparativo 9M2011, outras despesas operacionais totalizou R$5.286, incremento de R$799 ou 17,8%.

Principais fatores que contribuíram para esta elevação:

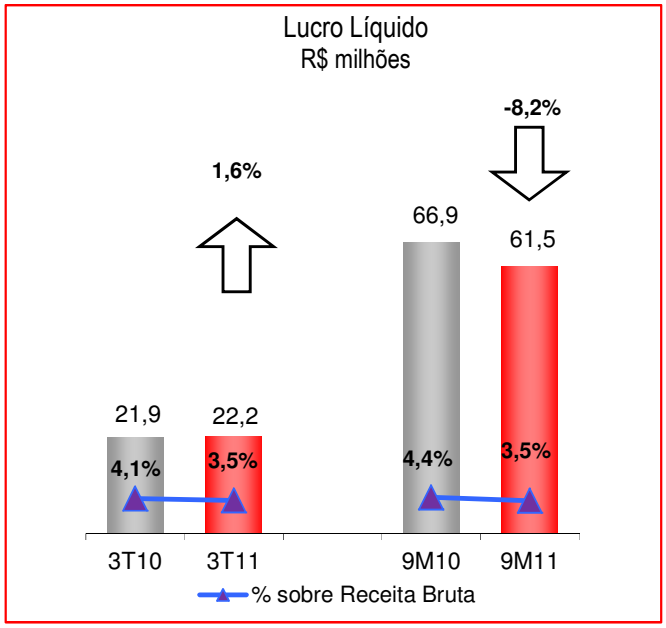
II. Taxas de IPTU, incremento de R$355 ou 22,3% , totalizando R$1.947 ao final do 9M11.

Ressalte-se que no comparativo para os dois períodos, o resultado de outras receitas/despesas operacionais liquido é positivo. Para o período do 3T11, encerra-se com R$16.172 e para o 9M 2011, com resultado liquido positivo de R$42.680.

LUCRO LÍQUIDO

No 3T11, a DROGASIL registrou um Lucro Líquido de R$ 22.221, incremento de R$343 ou 1,6% no período comparado. Neste 3T11, não ocorreu apropriação de juros sobre capital próprio (JSCP) (3T10: R$ 6.200). Resultou em taxa efetiva de Provisão para Imposto de Renda de 34,0% no período. (no 3T10, taxa efetiva de PIR de 27,6%). A apropriação de Juros sobre capital próprio não foi realizada no 3T11 em função da fusão entre as empresas RAIA SA e DROGASIL SA.

O crescimento do resultado financeiro líquido em 0,4% da receita bruta de vendas é neutralizado pela elevação das despesas com vendas & administrativas no comparativo trimestral de 1,0%. Representou redução de 0,6% no retorno sobre vendas, tendo finalizado em 3,5% no 3T11.



Ao final do 3T11, o saldo da recompra de ações totalizava 546.531(3T10= 3.367.136 ações),0,29% do capital social expresso em 188.320m ações.

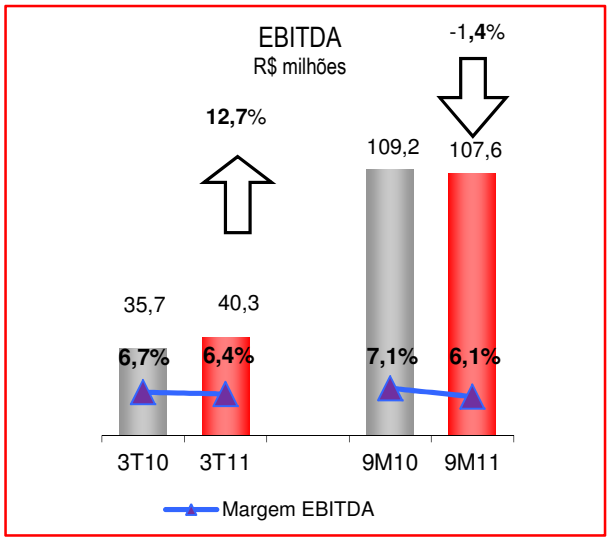
No período 9M11, a DROGASIL registrou um Lucro Líquido de R$ 61.465(L.P.A.= R$0,3273). O retorno sobre vendas que no 1T11 representou 2,1% elevou-se para 4,7% no 2T11, finalizando o período 9M2011 com 3,5%.

Comentário do Desempenho

EBITDA [1]

No comparativo 3T11s3T10 , o EBITDA apresentou uma evolução positiva 12,7% ou R$4.543, totalizando R$40.268 no 3T11.

A margem EBITDA apresentou resultado de 6,4% das vendas brutas no 3T11, redução de 0,3% em relação ao 3T10. Neste terceiro trimestre 2011, contribuiu para este resultado de margem EBITDA, manutenção de margem bruta composta em níveis de 25%, crescimento de 0,5% em relação ao 3T10 e despesas com vendas & administrativas que elevaram- se em 1,0% da receita bruta de vendas no mesmo período.



No comparativo 9M, o EBITDA apresentou uma evolução negativa de -1,4% ou R$1.542, totalizando R$ 107.643 no 9M11. A margem EBITDA sobre receita bruta evoluiu de 4,1% no 1T11 para 7,6% no 2T11, finalizando o período 9M com 6,1%.

Reconciliação do EBITDA (R$ mil)	3T10	3T11	9M10	9M11
Lucro Líquido	21.878	22.221	66.936	61.465
Despesas (Receitas) financeiras líquidas	(2.361)	(4.978)	(4.713)	(11.848)
IRPJ e CSLL	8.334	11.612	25.424	25.232
EBIT	27.851	28.855	87.647	74.849
Depreciações e amortizações	7.874	11.413	21.538	32.795
EBITDA	35.725	40.268	109.185	107.644
Margem EBITDA (% sobre receita bruta)	6,7%	6,4%	7,1%	6,1%

[1] EBITDA = O EBITDA é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições do Ofício- Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, consistindo no Lucro Líquido adicionado do Resultado Financeiro Líquido, da Depreciação e Amortização, do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A margem EBITDA representa o EBITDA dividido pela Receite Bruta de Vendas.

Notas Explicativas

01. Contexto operacional

A Drogasil S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo e tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos, totalizando aproximadamente 13.830 itens e adquiridos de mais de 300 fornecedores. As vendas são realizadas por meio de 359 lojas (posição em 30 de setembro de 2011), distribuídas pelos Estados de São Paulo (217 lojas), Minas Gerais (34 lojas), Goiás (33 lojas), Espírito Santo (16 lojas), Rio de Janeiro (07 lojas) e no Distrito Federal (52 lojas).

02. Apresentação das informações trimestrais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, as presentes informações trimestrais foram aprovadas pela diretoria em 4 de novembro de 2011.

As informações trimestrais são apresentadas em milhares de reais “R$”, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e estão de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting,* emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais – ITR.

As informações trimestrais incluem estimativas referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. Portanto, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia passou a adotar as melhorias e emendas emitidas pelo IASB para o IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros e o IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, sendo que essas adoções não impactaram as informações trimestrais de 30 de setembro de 2011.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2011.

Durante o período a Companhia reclassificou determinados montantes não relevantes nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2010, para permitir uma melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Notas Explicativas

03. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 9 e prevê que sua adoção não irá provocar um impacto relevante nas informações contábeis da Companhia.

Esta norma passa a vigorar para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

04. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações trimestrais estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com prazos de vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

Notas Explicativas

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(4) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(c) Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Notas Explicativas

(e) Impostos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das informações trimestrais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(f) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

(g) Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 09. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são inclusos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Notas Explicativas

(h) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio determinado na aquisição do investimento na Drogaria Vison é anterior a 2009 e foi calculado como a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Fundo de comércio

Fundo de comércio compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 09, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação, todos inferiores a quinze anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

Licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 09.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 09.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(i) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

Notas Explicativas

(j) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. A Companhia não possui contratos de arrendamento classificados como financeiros.

(k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis.

(l) Benefícios a funcionários

São reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais, os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e/ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

(m) Plano de opção de compra de ações

A Companhia implantou plano de opção de compra de ação que pode ser outorgado a seus administradores e empregados em nível gerencial. O plano tem por objetivo: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais; (ii) alinhar os interesses dos acionistas aos de administradores e empregados em nível gerencial e (iii) possibilitar a Companhia manter a ela vinculados administradores e empregados em nível gerencial.

O valor justo das opções de compra de ações foi calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de avaliação Binomial Americano, conforme descrito na Nota 14.

A despesa é registrada na rubrica ”Remuneração da diretoria e dos conselhos de administração e fiscal”, durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga e finaliza na data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

As opções do plano da Companhia só podem ser liquidadas em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”). O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

(n) Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas Explicativas

(o) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e está prevista estatutariamente com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

(p) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo adicional proposto”, permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(q) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou provisionados, são contabilizados na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das informações trimestrais, os juros sobre o capital próprio são reclassificados da conta "Despesas financeiras" tendo como contrapartida a conta "Lucros acumulados".

(r) Ações de tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado por conta da compra, venda ou cancelamento destes instrumentos. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

(s) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Notas Explicativas

(t) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das informações trimestrais.

(u) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negocio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(v) Estimativas e premissas contábeis significativas

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Plano de opção de compra de ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. A Companhia considera como mais adequado ao seu plano o modelo de avaliação Binomial Americano. As premissas utilizadas no modelo de avaliação estão divulgadas na Nota 14.

(2) Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(3) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

05. Caixa e equivalentes de caixa

	Set-2011	Dez-2010
Caixa e bancos	14.732	12.115
Certificado de depósitos bancários	113.561	144.771
Depósito a prazo com garantia especial	25.425	23.960
	153.718	180.846

As aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário e DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial estão classificadas como "instrumentos financeiros mantidos para negociação" e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

06. Clientes

	Set-2011	Dez-2010
A vencer	131.249	112.725
Vencidas		
Entre 1 e 30 dias	137	1.486
Entre 31 e 60 dias	126	83
Entre 61 e 90 dias	64	49
Entre 91 e 180 dias	193	187
Entre 181 e 360 dias	13	30
A mais de 360 dias	252	228
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(504)	(494)
	131.530	114.294

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Set-2011	Dez-2010
Saldo inicial	(494)	(544)
Adições	(4.527)	(6.154)
Baixas	4.517	6.204
Saldo final	(504)	(494)

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros “Recebíveis” e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4 b.3.

Notas Explicativas

07. Estoques

	Set-2011	Dez-2010
Mercadorias de revenda	361.482	294.681
Materiais	2.378	2.474
Provisão para perdas com mercadorias	(2.485)	(1.197)
Total dos estoques	361.375	295.958

Os estoques da Companhia estão apresentados pelo valor de custo.

A movimentação da provisão para perdas com mercadorias está demonstrada a seguir:

	Set-2011	Dez-2010
Saldo inicial	(1.197)	(1.190)
Adições	(1.559)	(1.225)
Baixas	271	1.218
Saldo final	(2.485)	(1.197)

O valor das baixas de estoques reconhecidas no 3º trimestre de 2011 como perdas totalizou R$ 3.417 (3º trimestre de 2010 - R$ 3.046), reconhecido em custo de vendas.

Notas Explicativas

08. Tributos a recuperar

Circulante	Set-2011	Dez-2010
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	55.566	36.435
ICMS - Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT 17/99)	1.480	1.173
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	2.581	1.800
ICMS - Outros	187	147
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	2.039	30
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica		3
INSS - Instituto nacional da seguridade social	68	68
	61.921	39.656
Não circulante		
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	26.035	23.982
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	2.862	2.418
FINSOCIAL - Fundo de investimento social - 1982 - precatório	561	745
Outros	59	59
	29.517	27.204
	91.438	66.860

Os créditos acumulados de ICMS (art. 71 a 84 do RICMS_SP), que representam a quase totalidade dos saldos credores de ICMS, são oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada (compras no Estado de São Paulo) e de saída de mercadoria (transferências para outras unidades da Federação), de acordo com o inciso I, do artigo 71, do RICMS-SP. A Companhia, entre 1º de fevereiro de 2008 e 30 de setembro de 2011, acumulou créditos no total de R$ 81.601 (Circulante - R$ 55.566 e Não circulante - R$ 26.035) e Dez/2010 – R$ 60.417 (Circulante – R$ 36.435 e Não circulante – R$ 23.982)

A partir de 1º de abril de 2010, o RICMS-SP passou a permitir, por intermédio de regime especial, a apropriação do crédito acumulado mediante verificação fiscal sumária e oferecimento de garantia (art. 72-D) e, também, a transferência para fornecedores a título de pagamento de compra de mercadorias, fatos que devem tornar a realização mais rápida. Em 16 de março de 2010, a Companhia protocolou pedido de regime especial para atender as disposições do artigo 72-D e em 07 de julho de 2010 protocolou outro pedido para tratar do aproveitamento dos créditos dos períodos anteriores.

Enquanto aguarda a concessão do Regime Especial pleiteado em 16 de março de 2010, a Companhia protocolizou pedido de apropriação de créditos acumulados no período de fevereiro de 2008 à março de 2010, correspondente a R$ 38.000, conforme sistemática prevista na Portaria CAT 53/1996 (DCA). Em decorrência deste pedido, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo iniciou, em 07 de junho de 2011, auditoria fiscal para apuração e liberação dos créditos acumulados com base no dispositivo legal acima citado. Tendo em vista a evolução dos trabalhos, a expectativa é de que os créditos sejam homologados em breve, sendo certo que os mesmos poderão ser aproveitados imediatamente após homologados.

A Companhia manteve ainda a entrega eletrônica dos arquivos de geração de crédito acumulado do período de abril de 2010 à setembro de 2011, segundo a sistemática prevista na Portaria CAT 26/2010 (e-CredAc), que soma o valor total de R$ 43.601.

Notas Explicativas

Nesse sentido, a Companhia protocolizou novo pedido de apropriação precária de créditos acumulados no período correspondente a abril de 2010 à junho de 2011, informados no sistema e-CredAc. Referido pedido, lastreado no disposto na Portaria CAT 118/2010, prevê a liberação de 90% do crédito acumulado no período. A Companhia prevê a liberação dos créditos, objeto desta apropriação precária, até o final do exercício de 2011.

Em complemento às ações acima, conforme divulgado no relatório referente ao 2º Trimestre do corrente exercício, a Companhia inaugurou em agosto sua nova Central de Distribuição, localizada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, passando a concentrar o abastecimento de suas lojas localizadas no Estado de Goiás e Distrito Federal neste estabelecimento, o que reduziu em aproximadamente 20% a geração de créditos acumulados neste trimestre.

Esta medida, iniciada no ano de 2010 com a abertura da Central de Distribuição de Contagem, Estado de Minas Gerais e aquisição direta de mercadorias de distribuidores locais, proporcionam a eliminação da geração de créditos acumulados em razão da aquisição dos produtos acontecerem diretamente para a nova Central, sem a passagem pela Central de Distribuição localizada no Estado de São Paulo, eliminando desta forma a operação com potencial de geração de créditos acumulados.

A Administração da Companhia efetuou análise da utilização dos créditos de ICMS considerando a autorização para apropriação dos mesmos após auditoria fiscal iniciada em junho de 2011, da possível concessão dos regimes especiais, assim como da abertura de sua nova Central de Distribuição no Estado de Goiás ocorrida em agosto de 2011, razão pela qual manteve parcela de seus créditos de ICMS no ativo circulante.

Notas Explicativas

09. Imobilizado e intangível

(a) Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	24.637	29.167	51.883	19.729	8.569	8.741	78.586	10.402	231.714
Adições		3.392	10.503	1.934	1.747	2.653	16.411	366	37.006
Alienações			(850)	(531)	(27)	(807)	(2.834)	(385)	(5.434)
Saldo em 30 de setembro de 2011	24.637	32.559	61.536	21.132	10.289	10.587	92.163	10.383	263.286
Depreciação Acumulada									
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,7	10	20,8	10	24,4	20,4	20	
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(13.538)	(15.386)	(11.891)	(2.498)	(3.432)	(27.206)	(3.482)	(77.433)
Adições		(622)	(3.857)	(2.345)	(660)	(1.672)	(12.950)	(1.535)	(23.641)
Alienações			703	520	14	737	2.799	385	5.158
Saldo em 30 de setembro de 2011		(14.160)	(18.540)	(13.716)	(3.144)	(4.367)	(37.357)	(4.632)	(95.916)
Saldo líquido									
Em 31 de dezembro de 2010	24.637	15.629	36.497	7.838	6.071	5.309	51.380	6.920	154.281
Em 30 de setembro de 2011	24.637	18.399	42.996	7.416	7.145	6.220	54.806	5.751	167.370

(b) Intangível

	Fundo de comércio	Licenças de uso de software	Ágio na aquisição de empresa	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	57.558	7.059	22.275	86.892
Adições	1.204	159		1.363
Alienações	(712)			(712)
Saldo em 30 de setembro de 2011	58.050	7.218	22.275	87.543
Amortização Acumulada				
Taxas anuais médias de amortização (%)	21,0	20		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(12.608)	(5.701)	(2.387)	(20.696)
Adições	(8.845)	(309)		(9.154)
Alienações	712			712
Saldo em 30 de setembro de 2011	(20.741)	(6.010)	(2.387)	(29.138)
Saldo líquido				
Em 31 de dezembro de 2010	44.950	1.358	19.888	66.196
Em 30 de setembro de 2011	37.309	1.208	19.888	58.405

Notas Explicativas

(c) Ágio na aquisição de empresa

O ágio no montante de R$ 19.888 em 30 de setembro de 2011 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008.

Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e será testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment"). Os critérios e premissas utilizadas para a realização do teste de recuperabilidade em 2010 encontram-se descritos na Nota 10 (d) das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2010.

10. Financiamentos

	Taxa média anual de juros	Set-2011	Dez-2010
Financiamento para aquisição de			
Máquinas e equipamentos - (BNDES - FINAME)	Taxa de juros de longo prazo TJLP + 3,40% a.a. (Dez/2010 - TJLP + 3,40% a.a.)	377	792
Empreendimentos - (BNDES - FINEM)	TJLP + 2,26% a.a. (Dez/2010 - TJLP + 2,36% a.a.)	20.233	33.375
Empreendimentos - (BNDES - FINEM)	IPCA + 7,44% a.a. + 2,30% a.a. (Dez/2010 - IPCA + 7,44% + 2,30% a.a.)	6.203	5.508
Empreendimentos - (BNDES - FINEM)	IPCA + 7,32% a.a. + 2,38% a.a. (Dez/2010 - IPCA + 7,32% + 2,38% a.a.)	10.040	8.917
Empreendimentos - (BNDES - Subcrédito)	TJLP + 3,62% a.a.	37.495	
Máquinas e equipamentos - (BNDES - Subcrédito)	Pré fixado 6,63% a.a.	4.332	
		78.680	48.592
Passivo circulante		(25.815)	(20.355)
Passivo não circulante		52.865	28.237

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Set-2011	Dez-2010
2012	9.027	13.342
2013	21.445	10.836
2014	14.580	4.059
2015	7.813	
	52.865	28.237

Para os financiamentos com o BNDES, nas operações de FINAME foram oferecidos como garantia os próprios bens financiados, enquanto parte das operações de FINEM, tiveram como garantia fiança bancária.

Notas Explicativas

(a) Obrigações da Companhia ("Covenants")

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES R$ 66.842 (Dez/2010 R$ 28.245) condicionados ao cumprimento de dois Covenants:

- Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6%.
- Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

Apesar da mensuração dos Covenants ser anual, a título informativo, até 30 de setembro de 2011 foram cumpridos.

Caso essas exigências não sejam cumpridas, a Companhia dará ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento desse contrato.

11. Provisão para demandas judiciais

Nas datas das informações trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a demandas judiciais:

	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais - líquidas dos depósitos judiciais correspondentes	
	Set-2011	Dez-2010	Set-2011	Dez-2010
Demandas judiciais tributárias	3.038	1.695		
Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias	350	217	1.827	2.330
	3.388	1.912	1.827	2.330
Passivo circulante			(971)	(1.264)
Passivo não circulante			856	1.066

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Set-2011	Dez-2010
Saldo Inicial	2.330	1.427
Adições	708	1.153
Baixas por pagamentos	(1.049)	(864)
Reavaliação dos valores	(642)	(177)
Atualizações monetárias	598	980
Depósitos para defesas e recursos judiciais	(118)	(189)
Saldo Final	1.827	2.330

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas.

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 18) ou depósitos em juízo.

Perdas possíveis

A Companhia em 30 de setembro de 2011 possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R$ 8.154 (Dez/2010 R$ 8.545).

Notas Explicativas

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos nos trimestres referem-se a:

	3º Trim-2011	3º Trim-2010
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	33.833	30.212
Juros sobre o capital próprio		(6.200)
Lucro tributável	33.833	24.012
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34
Despesa teórica	(11.503)	(8.164)
Adições permanentes	(676)	(562)
Redução do imposto por incentivos	567	392
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(11.612)	(8.334)
Alíquota efetiva	34,3%	27,6%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo no montante de R$ 6.483 (Dez-2010 - R$ 5.577) são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista para o próximo exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo no montante de R$ 10.689 (Dez-2010 - R$ 3.949) está representada pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; e (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos nos trimestres referem-se a:

	Balanço patrimonial		Resultado	
	Set-2011	**Dez-2010**	**3º Trim-2011**	**3º Trim-2010**
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.673)	(1.755)		
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(3.016)	(2.194)	(274)	(274)
Provisão para demandas judiciais	1.051	1.184	97	77
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	171	167	(3)	3
Provisão para gratificações por liberalidade	643	992	152	73
Provisão para gratificações da diretoria	363	641	(63)	(15)
Provisão para campanhas internas	170	204	(37)	(146)
Provisão para obsolescência no estoque	845	407	123	20
Provisão para programa de participação resultados	902	986	290	246
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison	365	366		1
Obrigações provisionadas diversas	1.732	630	993	(133)
Provisão para despesas extraordinárias	241			
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos			1.278	(148)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(4.206)	1.628		

Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	**Set-2011**	**Dez-2010**
Saldo no início do período	1.628	3.357
Receita tributável reconhecida no resultado	84	(1.833)
Realização de Imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	78	104
Imposto diferido sobre reserva de reavaliação de terrenos	(5.996)	
Saldo no final do período	(4.206)	1.628

13. Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	3º Trim-2011	**3º Trim-2010**
Básico		
Lucro líquido	**22.221**	**21.878**
Média ponderada do número de ações ordinárias	187.773	178.219
Lucro por ação – básico	**0,11834**	**0,12276**
Diluído		
Lucro líquido	**22.221**	**21.878**
Média ponderada do número de ações ordinárias	187.773	178.219
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opção de ações	547	783
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	188.320	179.002
Lucro por ação – diluído	**0,11800**	**0,12222**

Notas Explicativas

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2011, o capital social, totalmente integralizado, no valor de R$ 285.400, estava representado por 188.320.020 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 120.327.993 unidades (Dez/2010 - 109.596.252 unidades). O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 210.000.000 ações ordinárias. Não houve aumento de capital em 2011.

(b) Ações em tesouraria

	Quantidade (em unidades)
Posição em 31 de dezembro de 2010	783.372
Venda de ações relativo ao exercício do plano de opção de ações em janeiro de 2011	(236.841)
Posição em 30 de setembro de 2011	**546.531**

Em 30 de setembro de 2011 as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R$ 11,25 (fechamento do dia).

(c) Plano de opção de compra de ações

Em 28 de junho de 2007, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Opção de Compra de Ações (o "Plano") da Companhia, com prazo de vigência de cinco anos, a ser oferecido a todos os administradores e funcionários em posição de comando da Companhia. Os principais aspectos do plano estão apresentados a seguir:

(i) As opções de compra de ações outorgadas confere direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 3% das ações do capital social da Companhia existentes no período.

(ii) O preço de exercício das opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou por um comitê, respeitado o preço mínimo equivalente a 80% do valor médio das ações da mesma espécie da Companhia, nos últimos 60 pregões da BOVESPA imediatamente anteriores à data de outorga da opção, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - IGP.

(iii) Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções será equivalente (i) ao valor de patrimônio líquido das ações da Companhia conforme o balanço patrimonial de 31 de março de 2007, quando os beneficiários forem os Diretores da Companhia, e (ii) a 80% do preço de lançamento de ações da Companhia, quando da realização da oferta pública de ações da Companhia, cujo pedido de registro foi protocolado na CVM em 10 de maio de 2007, quando os beneficiários forem os demais administradores ou empregados em nível gerencial da Companhia.

(iv) Durante a vigência do plano, o Conselho de Administração determinará, periodicamente, (i) os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções de compra de ações nos termos do plano, (ii) o número de ações que poderão ser adquiridas com o exercício de cada opção, (iii) o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, (iv) os prazos e condições de exercício de cada opção e (v) quaisquer outras condições relativas a tais opções.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra, manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvada eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração. Entretanto, nenhum beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios do acionista até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do plano e do respectivo contrato de opção.

Notas Explicativas

Nessa mesma Assembleia, o Conselho de Administração deliberou a primeira outorga de 607.264 ações para os diretores da Companhia com preço fixo de exercício de R$2,63 por ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M. O preço do exercício será pago em dinheiro e no prazo de cinco dias úteis após o registro das respectivas ações em nome do beneficiário. Essas opções poderão ser exercidas se observados os prazos e condições da outorga e expiram após 60 meses da data da outorga.

Em 14 de janeiro de 2011, os diretores da Companhia exerceram a opção de compra de 236.841 ações, referente a outorga de opções de ações concedidas em 2010. O exercício da opção de compra das ações resultou em um ágio no valor de R$ 305, apurado entre o valor das ações em tesouraria entregues aos diretores, no valor de R$ 998, e o valor correspondente a aquisição das ações, de R$ 1.303. O valor de aquisição dessas ações foi calculado com base no desembolso de caixa efetuado pelos diretores, no valor R$ 265, e a realização do correspondente prêmio de opção das 236.841 ações adquiridas, no valor de R$ 1.038.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços de exercício estão apresentadas a seguir:

	Set-2011		Dez-2010	
	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício por ação	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício por ação
Em aberto no início do período (*)	783.372	1,12	1.038.420	1,01
Outorgadas durante o período				
Perdidas durante o período				
Exercidas durante o período (*)	(236.841)	1,12	(255.048)	1,04
Expiradas durante o período				
Em aberto no final do período (*)	546.531	1,17	783.372	1,12

(*) A quantidade de ações considera o efeito do desdobramento à proporção de 1:3 das ações, ocorrido em 17 de dezembro de 2010.

O preço de exercício para as opções em aberto no final de Set/2011 era de R$ 1,17 (Dez/2010 - R$ 1,12).

O percentual de diluição a que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções é de aproximadamente 1%.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante 2007, determinado pelo modelo de avaliação Binomial Americano, foi de R$ 13,16 por opção. As premissas relevantes consideradas no modelo foram: (i) preço da ação na data da outorga de R$ 15,30, (ii) preço de exercício de R$ 2,63, (iii) dividendo esperado de 2,29%, (iv) volatilidade esperada de 89,43% com base na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, (v) data da outorga e data máxima para o exercício e (vi) taxa de juros anual sem risco em média de 6,69%, com base no cupom DI x IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado da BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros. A volatilidade foi mensurada pelo desvio padrão de retornos das ações, considerando uma análise estatística dos preços diários das ações durante o último ano da ata da outorga.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011, o total das despesas associadas ao plano de opção de ações apropriadas ao resultado montou R$ 133 (3º trimestre de 2010 - R$ 208).

Notas Explicativas

15. Receita líquida de vendas

	3º Trim-2011	3º Trim-2010
Receita bruta de vendas	626.178	536.856
Impostos incidentes sobre vendas	(23.298)	(19.210)
Devoluções	(3.031)	(2.956)
Receita líquida de vendas	599.849	514.690

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).

16. Outras receitas operacionais líquidas

(a) Outras receitas operacionais

	3º Trim-2011	3º Trim-2010
Locações e sublocações	165	155
Verbas promocionais	4.622	3.069
Locação de espaço	6.519	4.933
Participação de terceiros em publicidade	3.865	3.145
Venda extra mercantil	1.018	749
Receitas eventuais	89	225
Impostos incidentes (PIS/COFINS)	(1.510)	(1.429)
Recuperação de despesas	2.472	1.838
Receitas com ativos não circulantes	467	118
Total das outras receitas operacionais	17.707	12.803

(b) Outras despesas operacionais

	3º Trim-2011	3º Trim-2010
IPTU	(661)	(537)
Outros impostos	(83)	(93)
Taxas	(245)	(242)
Contribuições	(68)	(116)
Multas	(15)	(165)
Perdas	(334)	(281)
Despesas com ativos não circulantes	(128)	(73)
Total das outras despesas operacionais	(1.534)	(1.507)
Outras receitas operacionais líquidas	16.173	11.296

Notas Explicativas

17. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

	3º Trim-2011	3º Trim-2010
Descontos obtidos	2.278	997
Aplicações financeiras	4.604	2.821
Juros recebidos	21	23
Variações monetárias ativas	310	16
Outras receitas financeiras	1	1
Total das receitas financeiras	7.214	3.858

(b) Despesas financeiras

	3º Trim-2011	3º Trim-2010
Juros, encargos e taxas bancárias	(266)	(253)
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(1.929)	(1.218)
Variações monetárias passivas	(41)	(26)
Total das despesas financeiras	(2.236)	(1.497)
Resultado financeiro	4.978	2.361

18. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	Set-2011	Dez-2010
Edificações		4.356
Outros	20	27
	20	4.383

Em 2 de setembro de 2011, foi cancelada a penhora relativa ao processo movido pelo INSS - Instituto Nacional de Seguro Social no montante de R$ 4.808.

19. Compromissos por contratos de locação de imóveis

A Companhia possui 376 contratos de locação de imóveis com prazos de vigência entre um a quinze anos, existindo a possibilidade de renovação. O gasto total mensal das locações é de aproximadamente R$ 5.452 (Set/2010 - R$ 4.388), incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Os pagamentos futuros, oriundos destes contratos, considerando os valores mínimos a pagar a partir de 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, têm a seguinte distribuição:

	Set-2011	Dez-2010
Primeiros 12 meses	47.851	41.072
Entre 13 e 60 meses	101.554	95.429
Após 60 meses	14.012	6.312
	163.417	142.813

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme demonstrado nas tabelas abaixo, se aproxima do seu valor justo.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como “nível 1”.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber:

	Set-2011	Dez-2010
Valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 05)	153.718	180.846
	153.718	180.846
Mantidos até o vencimento		
Aplicações Financeiras (DPGE)	16.444	15.319
	16.444	15.319
Recebíveis		
Clientes (Nota 06)	131.530	114.294
Demais contas a receber	22.678	16.723
	154.208	131.017
Total	324.370	327.182

Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros são as contas a pagar com fornecedores, os financiamentos e as demais contas a pagar:

Outros passivos financeiros	Set-2011	Dez-2010
Fornecedores	180.860	192.722
Financiamentos (Nota 10)	78.680	48.592
Demais contas a pagar	28.546	21.643
Total	288.086	262.957

A Companhia está exposta a riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas da Companhia são realizadas em Reais (R$), não existindo risco em função de variações cambiais.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis. A Administração da Companhia entende que o único risco refere-se ao descasamento do financiamento do BNDES (R$ 16.243) em IPCA + juros, contra a aplicação em CDI.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e as aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No trimestre findo em 30 de setembro de 2011, as vendas com recebimento a prazo representaram 47%, sendo que desse total 87% são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião da companhia e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 13% que são créditos com PBM's, convênios e cheques pré-datados, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A administração da Companhia acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	777	971	1.166
Receita		777	971	1.166
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	162	203	243
Despesa		162	203	243

Notas Explicativas

(e) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

A Companhia tem como política não alavancar sua estrutura de capital com empréstimos e financiamentos, exceção feita a linhas de longo prazo do BNDES (FINEM/FINAME), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade da empresa.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é negativo, e é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta da somatória dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	Set-2011	Dez-2010
Financiamentos de curto e longo prazos	78.680	48.592
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(153.718)	(180.846)
Dívida líquida	(75.038)	(132.254)
Patrimônio líquido	634.031	598.617
Índice de alavancagem financeira	-12%	-22%

21. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

22. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

	Passivo Circulante		Despesas	
	Set-2011	Dez-2010	3º Trim-2011	3º Trim-2010
Valores a pagar (i)				
Aluguéis				
Administradora PMV S.A.	40	46	120	108
Heliomar S.A.	12	13	36	34
	52	59	156	142
Fornecedores de serviços				
Tulipa Comunicação Ltda.	42		234	170
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire - Advogados	27	23	214	106
	69	23	448	276
	121	82	604	418

(i) Aluguel de lojas, fornecimento de serviços de marketing e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.

	Ativo Circulante		Receitas	
	Set-2011	Dez-2010	3º Trim-2011	3º Trim-2010
Valores a receber (ii)				
Convênios				
Regimar Comercial S.A.	10	5	16	18
Heliomar S.A.	2	1	7	4
	12	6	23	22
Locações de espaço em lojas				
Enox Publicidade S.A.	8		20	19
	8		20	19
	20	6	43	41

(ii) Vendas realizadas por convênios e contratos de locação de espaço. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais, que não os próprios valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas é de pessoal chave da administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Conselheiros de Administração e os Diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	3º Trim-2011	3º Trim-2010
Proventos e encargos sociais	1.104	997
Gratificações e encargos sociais	2.400	1.680
Plano de opção de ações	133	208
	3.637	2.885

Notas Explicativas

23. Cobertura de seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes, para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantinha, em 30 de setembro de 2011, cobertura de seguros contra riscos com perdas em estoques, bens do ativo permanente e lucros cessantes nos valores correspondentes a R$ 46.197 (Dez/2010 - R$ 33.755), R$ 48.444 (Dez/2010 - R$ 39.604) e R$ 3.607 (Dez/2010 - R$ 2.854) respectivamente, e cobertura de seguros contra riscos de responsabilidade civil no valor de R$ 7.934 (Dez/2010 - R$ 6.150).

24. Eventos Subsequentes

Em 02 de agosto de 2011, foi firmado o Acordo de Associação entre Raia e Drogasil e os acionistas que exercem o controle de cada uma delas, tendo a celebração deste instrumento aprovado pelos respectivos Conselhos de Administração.

Em 24 de outubro de 2011, os Conselhos de Administração da Raia e da Drogasil deliberaram favoravelmente à proposta de Incorporação de Ações, autorizando a celebração do Protocolo de Justificação e convocando as respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias para deliberarem sobre a proposta.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Drogasil S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Drogasil S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de novembro de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Nannini
Sócio Contador CRC-1SP171638/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Aos Administradores e Acionistas da
Drogasil S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da DROGASIL S/A, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam a análise das Informações Trimestrais ITR da Companhia, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva, dos auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, datado de 4 de novembro de 2011, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados.

São Paulo, 4 de novembro de 2011.

_____
Gilberto Lério
Conselheiro Fiscal

_____
Fernando Carvalho Braga
Conselheiro Fiscal

_____
Mário Antonio Luiz Corrêa
Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DROGASIL S/A

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Trimestrais - ITR da Companhia, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

São Paulo, 4 de novembro de 2011.

_____
Cláudio Roberto Ely
Diretor Geral e Diretor de Relações com Investidores

_____
Ricardo Castro de Azevedo
Diretor Financeiro e Administrativo

_____
Antonio Carlos de Freitas
Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DROGASIL S/A

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva, dos auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, emitido em 4 de novembro de 2011 sobre as Informações Trimestrais - ITR da Companhia, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro 2011.

São Paulo, 4 de novembro de 2011.

_____
Cláudio Roberto Ely
Diretor Geral e Diretor de Relações com Investidores

_____
Ricardo Castro de Azevedo
Diretor Financeiro e Administrativo

_____
Antonio Carlos de Freitas
Diretor Comercial